

EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS ESCOLAS DE FORTALEZA, SEGUNDO OS DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO E CENSO ESCOLAR, 2010 - 2015

RESUMO

Diante o desafio da educação em promover escolas inclusivas para as pessoas com necessidades especiais, o presente trabalho objetiva analisar a evolução dos indicadores de matrícula de alunos na modalidade de educação especial nas escolas de Fortaleza de 2010 a 2015. Como referencial teórico, temos como base o pensamento de João dos Santos, que é marco histórico da Educação Especial no Brasil. Os dados do Censo Demográfico e Censo Escolar foram utilizados e para o tratamento destes dados, utiliza-se o software de SPSS. Os resultados advertiram um aumento da quantidade de alunos na educação especial, que recebem escolarização no ensino regular, mas os alunos que estão fora da escola, ainda são preocupantes. Existe divergência entre os alunos com necessidades especiais nas escolas e as pessoas com deficiência reportada no Censo Demográfico.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a evolução dos indicadores dos alunos na modalidade de educação especial nas escolas de Fortaleza entre os anos de 2010 e 2015. Utilizam-se os dados oficiais do Censo demográfico e Escolar. Para abordar com veracidade e entender os dados, faz-se necessário considerar dois referenciais. Primeiro, o pensamento de João dos Santos, que cada vez é mais oportuno e necessário na saúde, na pedopsiquiatria e em especial na educação. O segundo ponto é uma revisão sucinta do marco histórico e normativo da Educação Especial no Brasil. Este trabalho, além desta introdução, está organizado em 6 seções: uma do pensamento de João dos Santos e o marco histórico das política de educação especial, uma seção da educação especial e os censo demográficos e escolares, uma seção da metodologia e finalmente duas seções, um de resultados e outro de conclusão.

2. O PENSAMENTO DE JOÃO DOS SANTOS E AS POLÍTICA DE INCLUSÃO

João dos Santos foi um homem de ação, o seu interesse científico e prático focou-se essencialmente na criança e nos seus problemas e perturbações em ensino especial. Teve muita influência na renovação da pedagogia, criou e ajudou a criar movimentos precursores das políticas de inclusão, ao conscientizar e sensibilizar a sociedade sobre os prejuízos da segregação e da marginalização de indivíduos de grupos com status minoritários (Portal Moodle MultiMeios, 2017). Além disso, indicou que a barreira imposta pela sociedade moderna, acentua-se na distância entre as pessoas mais adaptadas aos novos ritmos e exigências, e, aquelas que, por condicionamentos funcionais ou culturais, são excluídas da sociedade. Essas pessoas, perdem a visibilidade social e cultural, ficando à margem do sistema, do usufruto dos seus mínimos direitos, sem exercer sua cidadania. Por isso, João dos Santos defendeu a mudança da atitude e preconceito em relação às pessoas com deficiência, libertando-se das estruturas estabelecidas pela educação tradicional (Portal Moodle MultiMeios, 2017). As condições sociais, funcionais ou culturais da sociedade ao que se refere João dos Santos são processos que devem compreender a ação de todos contra o preconceito e a discriminação, torná-las as pessoas com deficiência, participantes da vida social, econômica e política, assegurando-lhes o respeito aos seus direitos no âmbito da Sociedade, pelo Estado e pelo Poder Público. Uma proposta importante e explícita da

inclusão, pode ser dado no âmbito escolar, porque permite superar as situações de exclusão, reconhecendo os direitos da diversidade e estimulando a participação social plena na sociedade. O direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação, está relacionado com a visão da educação inclusiva, vista como uma política pedagógica, cultural e social (Brasil, 2016). A UNESCO recomenda que nas agendas nacionais e internacionais, respeitem-se os conceitos tradicionais de educação, mas integrando no seu sistema a educação especial, considerando interfaces entre inclusão social e educativa, que é o elemento chave para traçar enfoques e práticas que contribuíam para o sucesso de sociedades mais harmônicas.

Para entender a educação especial no Brasil é necessário também, entender o processo do marco histórico e normativo acontecido no país. A declaração de Salamanca (1994) foi um dos elementos de maior repercussão para a reforma das políticas e práticas da educação especial por muitos países. Esta declaração destacou principalmente que, toda criança que possui dificuldade de aprendizagem pode ser considerada com necessidades educativas especiais e a escola deve adaptar-se às especificidades dos alunos, e não os alunos às especificidades da escola (UNESCO, 2016).

No Brasil, a discussão sobre cidadania e direito à educação das pessoas com deficiência, tiveram as primeiras iniciativas inspirados em experiências da Europa e Estados Unidos; mas, foram isoladas e refletiam apenas o interesse de alguns educadores (MAZZOTTA, 2005). Em 1961² a educação de excepcionais, enquadrou-se no sistema geral de Educação e os integrou à comunidade. Em 1988³ novos avanços na legislação garantiram o direito das pessoas com deficiência, tratando-as como igualdade. No início da década de 90, especificamente em 1990⁴, um novo estatuto garantiu o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Em 1996, apoiado no documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca (1994), criou-se um dos documentos mais importantes da educação especial, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394 com um capítulo específico para a Educação Especial. Nele, afirma-se que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”. Em 2001, o Decreto nº

² Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n.º 4.024/61.

³ Com a criação da nova Constituição Federal.

⁴ Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Nº 8.069.

3.956 reafirmar que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas. Este Decreto teve importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial e promovendo a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

Finalmente, observa-se que para o estudo da educação especial foi necessário incluir a interlocução do entendimento dos problemas das pessoas com deficiências que ficam comumente à margem do sistema (como foi defendido pelo José dos Santos) e o marco histórico normativo da educação especial que decorreu no Brasil. Estes referenciais considerados foram úteis neste trabalho, cujo objetivo foi evidenciar a realidade dos indicadores da educação especial em Fortaleza.

3. EDUCAÇÃO ESPECIAL E O CENSO DEMOGRÁFICOS E CENSO ESCOLAR.

As informações apresentadas mediante o Censo Demográfico e o Censo Escolar, são relevantes para a implementação, diagnóstico e avaliação das políticas públicas. Jannuzzi (2006) indica que as informações subsidiam o desenvolvimento de instrumentos de mensuração para a formulação e reformulação de políticas públicas, melhorando assim, a qualidade de vida da população. No trabalho utilizaram-se duas bases de dados que trazem informação sobre a população com deficiência: Censo demográfico; e população na educação especial: Censo escolar (OKIMASU et al, 2012).

3.1 O CENSO DEMOGRÁFICOS

É uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE a cada dez anos. Contempla informações da população brasileira. Proporciona resultados importantes para a sociedade contar com informações atualizadas sobre a população e para que o governo planeje suas ações de forma mais adequada (BRASIL, 2016). No Brasil, em 1989 a inclusão de questões sobre as pessoas com deficiência nos censos brasileiros foram mais específicas⁵. No censo de 2010 ocorreram outras alterações na forma de questionar o tipo da deficiência e os graus de severidade. (LENZI, 2012).

Tendo em vista as categorias utilizadas para definir a existência ou não de deficiências, considerando a amplitude dessas categorias, neste trabalho, basearemos nossos resultados nas deficiências visuais, auditivas e motoras, utilizando-se apenas da categoria “não consegue de modo algum”, considerando que nesse espaço encontram-se realmente as pessoas com deficiência.

3.2. CENSO ESCOLAR

O Censo Escolar é um levantamento de dados estatísticos educacionais de âmbito nacional coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É o principal instrumento de coleta de informações da educação básica, utilizadas para traçar um panorama nacional da educação básica e servem de referência para a formulação de políticas públicas (BRASIL, 2016).

A educação inclusiva, segundo o INEP considera os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Entre os estudantes com deficiência, considera aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial (Brasil, 2009). O grupo de estudante com transtornos globais de desenvolvimento, incluem estudantes com Autismo, Síndrome de Rett, Síndrome de Asperger e Transtorno Desintegrativo da Infância (TDI). O terceiro grupos constituído pelos estudantes com altas habilidades/superdotação, são aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer no intelectual, acadêmico, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Finalmente, coleta informação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) que tem como objetivo, identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes. (BRASIL, 2016)

4. METODOLOGIA.

Para desenvolver os objetivos desse trabalho, utilizam-se duas fontes: os dados consolidados do censo demográfico e os Microdados do Censo escolar. Na primeira etapa, realizou-se uma pesquisa, de artigos, trabalhos, documentos e relatórios

concernentes à educação inclusiva e à população com deficiência. Na segunda etapa, para realizar o tratamento estatístico foi utilizada o programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS). Para organização e apresentação dos resultados, foram elaboradas tabelas de frequência e gráficos para que seja possível realizar uma leitura aprofundada de abordagem quantitativa das pessoas com necessidades especiais na escola.

5. RESULTADOS

O Censo demográfico de 2010 mostrou que população brasileira foi de 190.755.799 e os que têm alguma deficiência são 45.606.048, correspondendo a 23,91% da população. No Estado de Ceará e o município de Fortaleza 27,7% e 26,4% da população, respectivamente, têm alguma das deficiências investigadas (TAB. 1).

TABELA 1. População residente, por tipo de deficiência permanente.
Brasil, Ceará e Fortaleza – 2010.

População/Deficiência permanente	Brasil	Ceará	Fortaleza
População	190.755.799	8.452.381	2.452.185
População com pelo menos uma das deficiências investigadas	45.606.048	2.340.329	646.493
Visual			
Não consegue de modo algum	506.377	24.224	8.168
Grande dificuldade	6.056.533	349.795	82.506
Física (Motora)			
Não consegue de modo algum	734.421	36.587	10.789
Grande dificuldade	3.698.929	187.298	46.421
Auditiva			
Não consegue de modo algum	344.206	16.313	4.968
Grande dificuldade	1.798.967	99.364	23.760
Mental/intelectual	2.611.536	125.353	31.593

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Levando em conta apenas os que não conseguem de modo algum e os de grande dificuldade, podemos aferir que do total de pessoas com alguma das deficiências investigadas em Fortaleza, 14,03% têm dificuldade permanente em enxergar; 8,85% têm deficiência física; 4,44% deficiência auditiva e 5,89% deficiência mental/intelectual. Essas porcentagens mostram que distribuição das pessoas com

alguma das deficiências investigadas em Fortaleza é similar para o Estado de Ceará e Brasil (Ver TAB 1).

As deficiências de maior incidência são as deficiências visual (14,03%) e física (8,85%) para Fortaleza. O cuidado ao analisar estes dados se dá, porque algumas pessoas podem ser classificadas erroneamente como deficientes, quando apresentam dificuldade de locomoção, mas que não são caracterizadas por deficiência física, e que devido à amplitude das categorias são considerados deficientes. Embora, alguns números podem ser superestimados, este é um dado oficial e são eles que devem ser considerados na elaboração das políticas públicas, ainda que sejam limitados.

Considerando o censo escolar, é possível analisar o movimento do atendimento educacional de alunos com necessidades educacionais especiais, avaliando as matrículas por tipo de deficiência na educação básica do Brasil, Ceará e Fortaleza. Na TABELA 2 apresentam-se as matrículas na Educação Básica brasileira, com e sem necessidade educacional especial, na rede regular de ensino, no ano de 2010 a 2015.

Total de Matrículas da Educação Básica e de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil, Ceará e Fortaleza (2010 - 2015)

Ano	Brasil		Ceará		Fortaleza	
	Educação Básica	Educação Especial	Educação Básica	Educação Especial	Educação Básica	Educação Especial
2010	51.549.889	702.603	2.472.942	30.819	627.251	5.407
2011	50.972.619	752.305	2.420.396	31.141	616.625	5.192
2012	50.545.050	820.433	2.385.737	31.626	610.848	5.022
2013	50.042.448	843.342	2.327.440	31.965	596.535	5.143
2014	49.771.371	886.815	2.295.034	36.366	592.381	5.578
2015	48.796.512	930.683	2.229.711	41.341	578.653	6.346

Nota: O INEP considera como alunos especiais as crianças e jovens com deficiências físicas, mentais, intelectuais e aqueles que apresentam superdotação e altas habilidades.

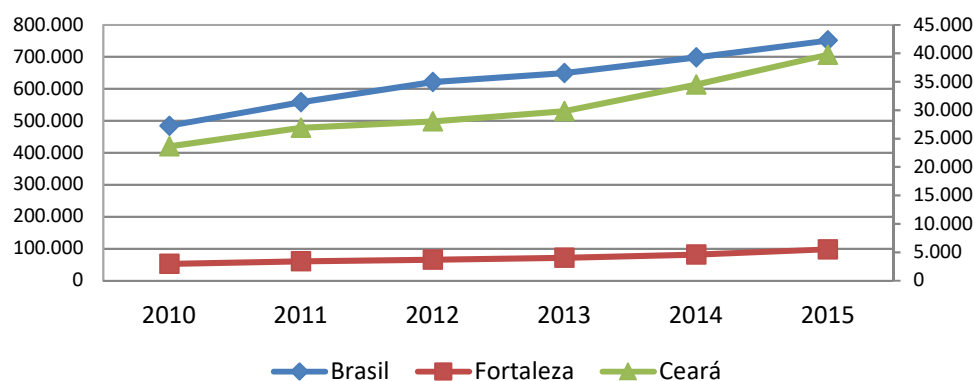
Fonte: Elaboração com base aos dados extraídos dos Microdados do MEC/INEP 2010 a 2015.

Os dados do censo escolar indicaram que o número de alunos matriculados na Educação Básica brasileira no período de 2010 a 2015, apresentaram constantes diminuições. Para o estado de Ceará e o município de Fortaleza, também notamos uma redução ano a ano do número de matrícula Educação Básica. Cotejando a porcentagem de redução, observa-se que o total de matrículas na educação básica no período analisado a queda

foi de 5,34% para Brasil, 9,84% para Ceará e 7,75% para Fortaleza. Dados que advertem a diminuição do total de matrículas da educação de ensino básico em as 3 áreas geográficas analisadas, embora destaca-se o Ceará com maior queda (TABELA 2).

Embora, as matrículas da educação básica como um todo tem diminuído, o número de matrículas com necessidades educacionais especiais (NEE) na Educação Básica, não acompanham essas quedas. Observou-se que entre 2010 a 2015 o aumento das matrículas desse alunado foi de 32,46% no Brasil, 34,4% em Ceará e 17,37% em Fortaleza. Isto é, ao contrário dos dados gerais, na que a redução se manteve ano a ano, as matrículas de alunos com NEE aumento, sendo maior em Ceará e menor em Fortaleza.

Gráfico 1. Matrículas e de alunos com necessidades educacionais especiais em classes Comuns no Brasil, Ceará e Fortaleza (2010 - 2015)



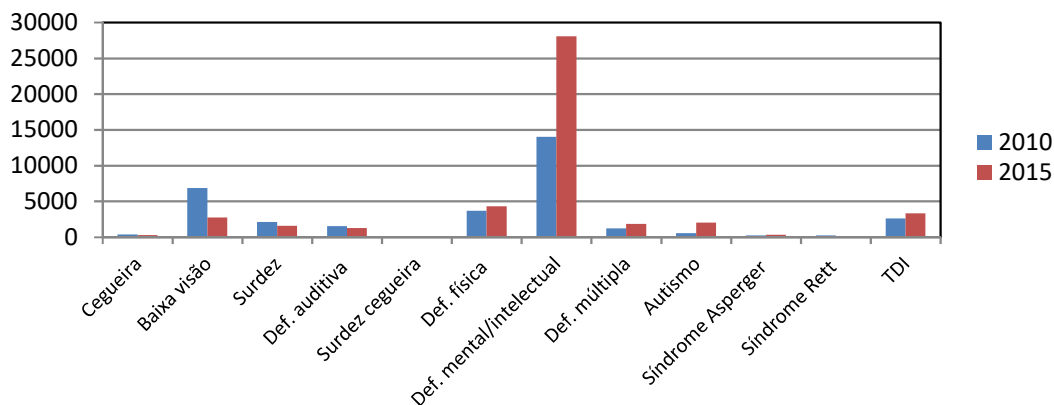
Fonte: Elaboração com base aos dados extraídos dos Microdados do MEC/INEP 2010 a 2015.

Os dados das matrículas dos alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns mostra uma tendência de crescimento do número de alunos com deficiência nessas classes. Contabilizando todos os níveis e etapas de ensino, o aumento entre 2010 e 2011 no Brasil foi de 55,1%, 68% no Ceará e 87,3% em Fortaleza. Esses dados confirmam que o crescimento do número de alunos com deficiência em salas regulares, é uma tendência nacional e local (GRÁFICO. 1).

Considerando o número de alunos matriculados com necessidades educacionais especiais, por tipo de deficiência, observa-se que no Estado do Ceará em 2010, 14.009 possuíam deficiência mental, 1.230 possuíam deficiência múltipla, 3.656 possuem

deficiência auditiva (surdez e deficiência auditiva), 7.233 possuíam deficiência visual e 3.679 deficiência física.

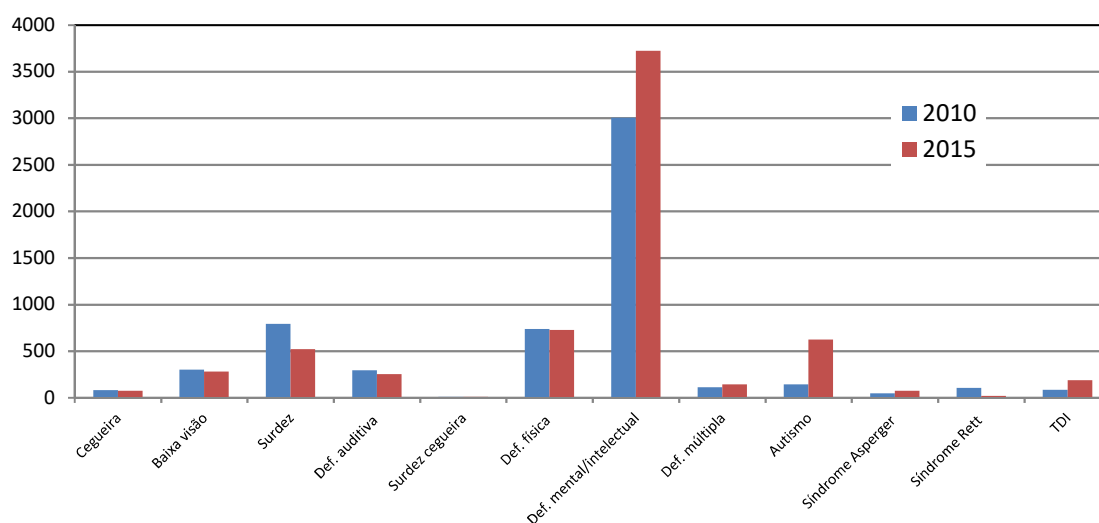
Gráfico 2. Matrículas dos alunos da Educação Básica brasileira por tipo de deficiência, Ceará, 2010 e 2015.



Fonte: Elaboração com base aos dados extraídos dos Microdados do MEC/INEP 2010 e 2015.

Analisando os dados para 2015, observa-se que o número de matrículas no Ceará aumentou entre os que possuíam deficiência mental em até 100% (28.049), 50% entre os que possuíam deficiência múltipla (1.850) e 16,6% com deficiência física. Entre os tipos de deficiência que tiveram diminuição, encontram-se os alunos com deficiência auditiva em 23,0% (2.817) e deficiência visual com 57,8% (3.052) (GRAFICO. 2).

Gráfico 3. Matrículas dos alunos da Educação Básica brasileira por tipo de deficiência, Fortaleza, 2010 e 2015.



Fonte: Elaboração com base aos dados extraídos dos Microdados do MEC/INEP 2010 e 2015.

Com relação aos alunos matriculados segundo tipo de deficiência em escolas públicas e privadas de Fortaleza, observa-se uma tendência similar ao do Ceará, assim que o

número de matrículas no município entre 2010 e 2015 aumentou entre os que possuíam deficiência mental (23,9%) e deficiência múltipla (28,6%). Entre as deficiências que tiveram diminuição no período analisado encontram-se os alunos com deficiência física (1,1%), deficiência visual (7,05%) e deficiência auditiva (28,69%) (GRAFICO. 3).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos grandes desafios na educação do Brasil é a promoção de escola pública inclusiva de qualidade, que é o ponto crucial para conseguir cumprir o que determina a Constituição de 1988: garantir incondicionalmente o acesso universal de todos os brasileiros ao ensino básico – incluindo também todos aqueles que são potenciais alunos portadores de necessidades especiais.

Os resultados derivadas dos dados levantados pelo Censo Escolar indicam que existe um movimento para estimular a inclusão dos alunos que possuem alguma deficiência nas escolas do Brasil, Ceará e Fortaleza, sobretudo alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns. A cada ano, um número maior de alunos, estão matriculados nessas classes, constatando o aumento progressivo de alunos matriculados em regime de inclusão nas escolas públicas e privadas.

Embora os resultados mostrem um grande avanço nas matrículas com necessidades educacionais especiais, destaca-se a discrepância que há entre a estimativa de pessoas com deficiência segundo o IBGE e o número que pessoas com necessidades especiais estão matriculadas nas escolas indicadas pelo Censo Escolar. Essas diferenças nos dados oficiais nos evidenciam o quanto está aquém uma política inclusiva que atenda à real demanda das pessoas com necessidades especiais, constatando que muitas delas ainda estão fora das escolas, sejam estas inclusivas ou não. Os resultados para Fortaleza indicam que o processo de inclusão dos alunos com deficiências no sistema regular de ensino, precisa ser concretizado e que ainda há um caminho longo a percorrer. Os esforços devem ser direcionados especificamente para ampliação da inclusão, pois talvez as condições reais não sejam ainda as ideais. Os dados das crianças que ainda não frequentam a escola estão relacionados às escolas que não estão preparadas para lidar com as diferenças, respeitá-las e ultrapassá-las, fazendo destes alunos parte de suas rotinas, sem privilegiar um ou outro aluno.

A discrepância dos alunos com necessidades especiais nas escolas e fora das escolas está ligada ao despreparo das escolas em receber e atender essas crianças, movimento que contrapõe ao pensamento do João dos Santos, que afirmava que a instituição da escola é destinada a estimular nas crianças o gosto pelo saber que adquiriram no contato com a Natureza, as pessoas e as coisas, respeitando as suas diferenças e as limitações pessoais.

Os números apresentados ao longo do artigo, mostraram importantes resultados e evidenciaram o panorama do Brasil, Ceará e Fortaleza da educação inclusiva; resultados que foram possíveis devido ao Censo escolar com informações coletadas que são fundamentais para o planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas educacionais.

Finalmente, é possível dizer que embora o crescimento do número de alunos com deficiência na escola seja uma tendência positiva, ainda há muito a avançar do que está preconizado na Constituição para se garantir escolas e ensino a todos esses estudantes, e não apenas em Fortaleza, mas também em todo Brasil, porque ainda é grande o contingente de pessoas com necessidades especiais de ensino que se encontram fora das escolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

BRASIL, 2016. IBGE. sobre o IBGE»o que é censo?, acesso em 28 Nov. 2016. 2016

BRASIL, Ministério de Educação (MEC), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar. <http://portal.inep.gov.br/basica-censo> Acesso em 28 Nov. 2016

BRASIL. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Acesso em 19. nov. 2016.

BRASIL. Ministério de Educação (MEC), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED) Censo Escolar da Educação Básica 2016, Caderno de instruções, Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/matricula_inicial/2016/documentos/caderno_de_instrucoes_2016.pdf. Acesso em: 20 de Nov. 2002. 2016.

CAIADO, K. R. M. Formação de professor e educação inclusiva: possibilidades de análise a partir da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiências. In. XI

SEMINÁRIO CAPIXABA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA. 2008, Vitória, ANAIS... Espírito Santo, Universidade Federal do Espírito Santo, 2008. p. 28-35. 2008.

DIAS, P.J.O; SILVA, M. M. P. . Indicadores sociais da deficiência no Brasil: Uma análise do Censo Demográfico e do Censo escolar. In: X ANPED SUL, 2014, Florianópolis/SC. X ANPED SUL, 2014.

FONTES, Carlos. Educação Inclusiva: Algumas Questões Prévias. Disponível em: <<http://www.educacionenvalores.org/Educacao-Inclusiva-Algumas.html>> Acesso em: 23 dez. 2009.

HOEPERS, I. S.; MENDES, R. S. ; HOSTINS, R. C. L. . Política de inclusão escolar e censo educacional nos anos de 2000: sua expressão em uma rede municipal de ensino de Santa Catarina. (Apresentação de Trabalho/Seminário). 2014

JANNUZZI, G. M. A educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea).

KASPER, A. A.; LOCH, M. V. P. ; PEREIRA, V. L. D. V. . Alunos com deficiência matriculados em escolas públicas de nível fundamental: algumas considerações. Educar em Revista, v. 31, p. 231-243, 2008.

LENZI, M. B.. Os dados sobre Deficiência nos Censos Demográficos Brasileiro. In: XVIII Encontro Nacional dos Estudos Populacionais 2012. Águas de Lindóia. XVIII Encontro Nacional dos Estudos Populacionais 2012.

LEON E HUERTAS, (Cuadro de mando integral para el diseño y validación de instrumentos para valorar el desempeño académico de docentes. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP ISSN: 1414-4077 ISSN Eletrônico: 1982-5765. 2010

MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OKIMASU. S. T ; SOUZA, R. K. ; RIBEIRO. M. M ; GARCIA. E. S . Indicadores da Educação Inclusiva: Atendimento e escolarização do aluno com Deficiência. In: Workshop/ Sobre Computacional Aplicada À investigação Científica: Diálogo Interdisciplinares, 2012, Corumbá. Programas e Resumos mputacional Aplicada À investigação Científica: Diálogo Interdisciplinares. Campo Grande: UFMS, 2012. v. 1. p. 3-66. 2012

PORTAL MOODLE MULTIMEIOS (2017): Introdução ao Pensamento de João dos Santos: Estudo sobre a Pedagogia Terapêutica. Módulo V: O Olhar Santiano sobre as Políticas de Inclusão. Disponível em: <http://hbn.multimeios.ufc.br/moodle/mod/folder/view.php?id=574>>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 23 Nov. 2016.